



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 118/2025, de iniciativa do VEREADOR Gilberto Barbosa de Andrade, o qual: *"Declara Utilidade Pública a Associação Casa Da Mãe Gestante e dá outras providências"*.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

O Projeto de Lei nº 118/2025, tem por objeto declarar de utilidade pública municipal a Associação Casa da Mãe Gestante, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 55.743.472/0001-26, com sede na Avenida Leopoldo



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Evangelista da Rocha, nº 305, Bairro Santa Terezinha, constituída juridicamente em 15 de maio de 2024.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

I. QUESTÃO FORMAL E PRELIMINAR — CORREÇÃO TÉCNICA

Verifica-se, desde logo, uma imprecisão material no texto do projeto: a proposição refere-se à "Lei Municipal nº 2.893/2021" como norma que disciplina a declaração de utilidade pública no Município de Catalão. Entretanto, o ordenamento municipal aplicável que disciplina o tema é a **Lei municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021**, que estabelece as normas para declaração de utilidade pública das entidades civis constituídas no Município de Catalão e fixa requisitos e consequências do título conferido.

Diante disso, impõe-se, a título de emenda técnica, a correção do número da lei referida em todas as menções do projeto (Art. 1º e incisos do Art. 2º), substituindo "Lei Municipal nº 2.893/2021" por "Lei Municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021".

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Competência legislativa municipal

Duas assinaturas manuscritas em tinta azul. A primeira assinatura é mais compacta e a segunda é mais alongada e fluida.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a declaração de utilidade pública de entidades civis que atuam no município, decorre do art. 30 da Constituição Federal, que atribui aos Municípios a faculdade de legislar sobre matérias de interesse local, bem como de suplementar legislação federal e estadual no que couber. Nesse sentido, nada obsta que o Poder Legislativo municipal, no exercício de sua função normativa e de controle, reconheça, por lei, a utilidade pública de entidades que comprovem requisitos legais. (Princípio da autonomia municipal e competência normativa).

2. Natureza jurídica da declaração de utilidade pública

A declaração de utilidade pública, nos termos do direito administrativo e da legislação municipal, configura ato de permitir que determinada entidade sem fins lucrativos celebre convênios e parcerias com a Administração Municipal, podendo habilitar a titularidade a benefícios específicos previstos na legislação local. Trata-se de reconhecimento de relevância social e interesse público das atividades desenvolvidas pela entidade, sem, todavia, conferir automaticamente vantagens que dependam de previsão legal específica (como imunidades fiscais ou subvenções), as quais deverão obedecer à legislação e aos procedimentos próprios.

3. Requisitos legais específicos – Lei Municipal nº 3893/2021

A Lei municipal que disciplina o procedimento e os requisitos (Lei nº 3893/2021) estabelece, de modo expresso, as condições para que sociedade civil, associação ou fundação seja declarada de utilidade pública: personalidade jurídica, ausência de fins lucrativos, cargos diretivos não remunerados, efetivo funcionamento há mais de um ano e apresentação de documentação comprobatória (inscrição no CNPJ, estatuto social e documentos constitutivos atualizados, certidões negativas da diretoria, entre outros). A norma também prevê a competência do Poder Legislativo



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

para verificar o cumprimento desses requisitos, e a possibilidade de cassação/revogação do título em caso de descumprimento.

A análise documental acostada ao projeto revela que a Associação Casa da Mãe Gestante apresenta os elementos essenciais previstos na Lei municipal: registro jurídico, inscrição no CNPJ, ata/estatuto, certidões negativas e demonstração de funcionamento há mais de um ano. Assim, verifica-se aptidão formal para o reconhecimento pretendido, nos termos legais.

4. Transparência, publicidade e controle

A Lei municipal e os princípios constitucionais da administração pública (publicidade, eficiência, impessoalidade e moralidade) impõem que a declaração de utilidade pública esteja acompanhada de **transparência e sujeição a prestação de contas** quando houver repasse de recursos públicos. A legislação municipal já prevê a publicidade das entidades que recebam recursos públicos, bem como mecanismos de controle e revogação, ficando evidenciado o caráter condicionado do título ao fiel cumprimento das finalidades estatutárias.

IV. ANÁLISE DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS

Com fundamento nos documentos constantes nos autos (estatuto/registro, inscrição no CNPJ, certidões negativas, documentos pessoais e demais certidões juntadas), conclui-se que a Associação Casa da Mãe Gestante atende, no plano formal, aos requisitos estabelecidos no art. 1º da Lei Municipal nº 3893/2021, salientando-se:

1. **Personalidade jurídica e regularidade registral:** comprovadas por cópia do registro/estatuto e documentos constitutivos anexos.
2. **Natureza sem fins lucrativos:** indicada no estatuto social apresentado.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

3. **Diretoria não remunerada:** a documentação comprobatória traz declaração estatutária e elementos que demonstram a natureza não remuneratória dos cargos diretivos.
4. **Tempo de funcionamento:** a constituição atende ao requisito de funcionamento há mais de um ano.
5. **Certidões de idoneidade:** as certidões negativas de ações cíveis e criminais das pessoas indicadas demonstram a inexistência, à vista dos documentos acostados, de óbices de idoneidade, nos termos do art. 2º da Lei municipal.

Face ao exposto, não se vislumbram impedimentos formais ou materiais que obstem o reconhecimento da utilidade pública pretendida.

V. SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO E EMENDA TÉCNICA

Em face da análise, esta Comissão sugere:

Emenda técnica (obrigatória): corrigir, em todo o texto do Projeto, a referência à Lei municipal que disciplina o tema, de "Lei Municipal nº 2.893/2021" para "**Lei Municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021**", nos termos do anexo substitutivo abaixo.

Emenda de redação substitutiva sugerida (trecho a substituir):

Substituir o caput do Art. 1º e as menções à Lei nº 2.893/2021 por:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Catalão, Estado de Goiás, declara de utilidade pública, nos termos da Lei Municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021, a Associação Casa da Mãe Gestante, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 55.743.472/0001-26, com sede na Av. Leopoldo Evangelista da Rocha, nº 305, Bairro Santa Terezinha, CEP 75709-540, neste Município, constituída juridicamente em 15 de maio de 2024.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

E, no Art. 2º, substituir a expressão "Lei Municipal nº 2.893/2021" por "Lei Municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021".

CONCLUSÃO

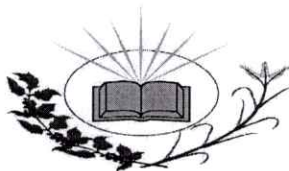
Diante do exposto, pelo conjunto probatório disponível e pela análise jurídica conduzida, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação conclui-se que o Projeto de Lei nº 118/2025 reúne os requisitos formais e materiais previstos na legislação municipal aplicável, razão pela qual esta Comissão manifesta **EMITIR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 118/2025 com a **EMENDA TÉCNICA** acima, substituindo todas as referências a "Lei Municipal nº 2.893/2021" por "Lei Municipal nº 3893, de 05 de julho de 2021".

Catalão (GO), 14 de outubro de 2025.

Assinatura manuscrita de Gilmar Antônio Neto em tinta preta.

Gilmar Antônio Neto (UNIÃO)
Relator/Presidente

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada na parte inferior da página.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator/presidente, no
Projeto de Lei nº 118/2025.

Catalão (GO), 14 de outubro de 2025.

Thomas Marques de Mesquita (PODE)
Vogal